

*Entre o ideal de prosperidade e o lugar da privação:
considerações acerca da dinâmica da fronteira entre os
estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (pós 1970)**

BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA FEITOSA**

Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: A preocupação em entender as motivações que conduzem pessoas a se deslocarem constantemente em busca de sobrevivência ou, de melhores condições de existência é a tônica dos estudos referentes ao tema da fronteira, neste ensaio, propomos refletir acerca de como a compreensão desse espaço pensado também como o local de realização dos sonhos, foi representado por diferentes estudiosos da questão. Este estudo parte de algumas reflexões teóricas acerca da compreensão dos novos espaços de ocupação, o foco principal é a região de fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso no período posterior ao ano de 1970.

Palavras chave: Deslocamentos Humanos; Ocupação; Fronteira.

Abstract: The concern to understand the motivations that lead people to move around constantly in search of survival or better conditions of existence is the keynote of the studies relating to the theme of borders, in

* Artigo submetido à avaliação em 17 de fevereiro de 2014 e aprovado para publicação em 4 de março de 2014.

** Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) ao qual está ligado o Grupo de Pesquisa em História, Terra e Trabalho (GPHTT) – UFMT. Bolsista Capes. Com pesquisa de doutorado intitulada “Produção Discursiva na Constituição do Ideal de Modernidade e Progresso no Contexto dos Novos Arranjos Produtivos e Trabalhistas do Campo Brasileiro”, desenvolvida junto a Linha 2 – Fronteiras, Identidades e Cultura do PPGHIS – UFMT.

this essay, we reflect on how the understanding of that space also thought as the venue of dreams, was represented by different scholars of the matter. This study is part of some theoretical reflections about the understanding of new spaces of occupation, the main focus is the region of the border between the States of Mato Grosso do Sul and Mato Grosso in the period after the year of 1970.

Keywords: Human displacement; Occupation; Frontier.

Introdução

Este artigo pretende trazer contribuições ao debate envolvendo a questão da fronteira, dialogando com estudiosos que se dedicaram a compreensão do tema e apontando particularidades da expansão recente da fronteira em direção ao interior do Brasil. Entre os trabalhos que fundamentam as reflexões que nos propomos, está a obra de Frederick Jackson Turner, bem como a influência que esta produção intelectual teve na obra de autores brasileiros dentre os quais, Sérgio Buarque de Holanda.

Os textos de referência para nossas considerações, são aqueles resultantes dos estudos de Wegner (2000) e Knauss (2004), que empreendem importantes reflexões acerca da tese turneriana de fronteira, além de “Caminhos e Fronteiras” de Holanda (1994), passando por autores que pensam temáticas que também contribuem com a reflexão acerca do que é a fronteira seja na sua concepção de zona de contato (PRATT, 199), ou para entendê-la como um mecanismo de mudança daquele que a habita e que por meio de sua dinâmica passa a ser passível de um processo de transculturação (SAHLINS, 2003).

Compreender a tônica do diálogo de diferentes autores que trabalharam com o conceito contribui na reflexão acerca da constituição da fronteira Oeste brasileira, entendendo a dinâmica de ocupação territorial, sobretudo no período posterior a 1970, quando incentivos governamentais e créditos subsidiados pelo Estado permitiram um deslocamento *sui generis* para estas áreas de ocupação recente.

O exercício teórico de compreensão da realidade

Não mais acordavam nas madrugadas escuras para ouvir o chilrear sonolento dos primeiros pássaros, ou o vento matinal soprar em torno da casa, enquanto aguardavam os primeiros clarões à luz dos quais deveriam rumar para os campos amados. Tudo isso tinha sido esquecido, e as colheitas eram calculadas em dólares, e as terras eram avaliadas pelo capital mais juros, e as terras eram compradas e vendidas, antes mesmo que tivessem sido plantadas. Então as colheitas fracassavam e secas e inundações não mais significavam pequenas mortes em meio à vida geral, mas apenas perda de dinheiro. E todos os seus amores eram medidos a dinheiro, e toda a sua impetuosidade se diluía à medida que seu poder crescia, até que finalmente eles nem mais eram fazendeiros ou sitiantes, mas apenas homens de negócios, pequenos industriais, que tinham que vender para poder obter qualquer coisa. E os fazendeiros que não eram bons negociantes perdiam suas terras para os que eram bons negociantes. Não importava quão trabalhador e diligente um homem era, e o quanto amava a terra e tudo o que nela crescia, desde que não fosse também um bom negociante. E com o tempo os bons negociantes apropriavam-se de todas as terras, e as fazendas iam aumentando de tamanho, ao mesmo tempo que diminuía em quantidade (STEINBECK, 1979, p. 6).

O relato apresentado do romance de Steinbeck, aponta a mudança na vida de uma família que migrou pelos Estados Unidos à procura de melhores condições de vida, e o que encontrou foi um quadro de exclusão no qual o trabalho conseguido nas grandes fazendas permitiu apenas que sobrevivessem com grandes privações.

Este é um relato que ajuda a pensar a vida de muitas famílias que migraram da região sul do Brasil no pós 1970 em busca de melhores condições de vida e que tinha como destino as terras agricultáveis na região central do país.

O cenário que se apresenta nesta região de fronteira, é marcado pela presença de migrantes, retirados de suas terras, ou que mesmo jamais tiveram acesso a elas, ou que ainda não conseguiram resistir com sua propriedade aos problemas das mais diversas ordens que se colocaram diante de suas vidas. A realidade dessas pessoas, é marcada pela existência em uma constituição de mundo rural que reproduz um sistema que suga o sangue de suas veias como a moenda suga o mel da cana, deixando apenas o bagaço.

No quadro geral de migrações que se apresentam na região de fronteira entre os estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, percebemos a possibilidade de analisar dois momentos, o primeiro pós - 1970, quando por meio de incentivos governamentais se firmou a grande propriedade através de créditos subsidiados pelo Estado. Naquele momento eram migrantes da região sul do país que acessavam com facilidade aquelas terras, constituindo a grande propriedade, que mais tarde originaria as empresas rurais, nos últimos anos, designadas de agronegócio.

Num segundo momento, contratou-se mão-de-obra barata para o trabalho nessas grandes propriedades, peões para o trabalho nas fazendas e cortadores de cana para o trabalho em usina de álcool e cana de açúcar.

No artigo “Do sonho da terra à terra do sonho: memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970”, Joanoni Neto (2006, p. 196) assim se refere a movimentos migratórios análogos:

O Brasil é do ponto de vista do estudo das migrações, um imenso organismo vivo, com deslocamentos freqüentes e multidirecionados. Há um fluxo que denominaremos alternativo, e outro dirigido. Nenhum deles pode ser visto como espontâneo; a diferença entre ambos é que o primeiro é motivado pela pressão na origem, enquanto o segundo soma a essa, uma orientação quanto ao destino. Ambos resultam das ações do Estado para driblar as pressões sociais e econômicas, que em dado momento se estabelecem em determinadas regiões, rurais ou urbanas, impelindo as pessoas a saírem em busca de alternativas econômicas, ora procurando colocação profissional, ora

fugindo da proletarização, que para o pequeno camponês é sinônimo de miséria nas periferias das cidades.

Compreender a dinâmica de reocupação, ou seja, do processo pós-1970 que marcou a concentração de pessoas na região, sobretudo em torno das atividades desenvolvidas no cultivo e comercialização da cana-de-açúcar, passou pela compreensão de conceitos historiográficos fundamentais para o trabalho de representação daquele espaço.

Em importante obra de referência “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, Said (1990), apontou que “a análise do texto orientalista, enfatiza a evidência, que de modo algum é invisível, de tais representações como *representações*, e não como descrições naturais do Oriente” (1990, p. 32). Neste aspecto cabe salientar que, o trabalho do historiador não seria fabricar, produzir um objeto, mas um trabalho da representação por meio da prática da observação, mediada pelo amadurecimento teórico e aliado às práticas dos atores sociais que ocupam um determinado espaço, tendo em conta suas vivências, experiências e memórias, juntamente com certas condições materiais que permitiram se organizarem de determinadas formas.

As trajetórias revividas pelas memórias que trazem à tona e que são ferramentas fundamentais para o trabalho do historiador, são experiências de todos aqueles homens e mulheres e não grupos minoritários, que participaram da construção dos espaços de ocupação recente.

Essa busca pela experiência dos sujeitos que constroem, cotidianamente, histórias, que se cruzam, interpenetram e moldam as sociedades, são buscadas pelo historiador, cujo papel de acordo com Said (1990, p. 33), orienta-se pela representação do passado dessas sociedades, por meio do trabalho de pesquisa, desta forma: “[...] Em qualquer exemplo, pelo menos da linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma re-presença, ou uma representação” (SAID, 1990, p. 33). Neste sentido, as produções no campo da historiografia, são representações de quem escreve, a partir do universo daquele que escreve.

Essas são questões que se mantiveram muito presentes na tarefa de pensar acerca do tema da fronteira na constituição do espaço central do Brasil.

Diálogos sobre a “fronteira”

Existem múltiplas possibilidades teóricas para o trabalho a partir da decisão de escolher um conceito de Fronteira. Uma das opções diz respeito ao trato do conceito enquanto zona de contato que permite a transcendência, a migração de um lugar para outro, o que cabe o diálogo em torno da ideia de transculturação (SAHLINS, 2003). Muitas vezes essas zonas de contato ocorrem internamente ao território.

Uma variável importante quando se trata de território e fronteira diz respeito à prerrogativa de determinada nacionalidade. Coloca-se aqui a questão do problema que envolve a discussão de fronteira, considerando a assimetria das relações que transpassam o poder, discussão realizada por Pratt (1999) ao apontar que na discussão acerca do contato cultural, a etnografia torna-se inevitável visto que ocasiona a mediação cultural, e esta será duplamente formada pelas e nas relações em que o contato ocorre.

A relação entre “Fronteira” e “Zona de Contato” estão explícitas na obra de Pratt que ressalta: “[...] o conceito ‘zona de contato’ é utilizado frequentemente em minha discussão como sinônimo de ‘fronteira colonial’ [...]” (PRATT, 1999 p. 32).

Esse conceito de zona de contato deve ser compreendido como sinônimo de fronteira cultural, uma vez que põe a questão de como os sujeitos coloniais são constituídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, em termos de interação e trocas no interior de relações assimétricas de poder.

Zona de contato aponta para uma ideia de reciprocidade. A mística da reciprocidade na literatura de viagem remonta à mística da reciprocidade das relações do capital, embora saibamos que o capital tem como base exatamente a negação deste princípio na própria base das relações sociais. Diante disso, pensar a ocupação do extremo norte de Mato Grosso do Sul e

extremo sul de Mato Grosso como fruto dessa dinâmica da fronteira passa pela necessidade de entendê-la dentro de uma dinâmica constitutiva que leva em conta as questões culturais do contato e predominantemente as questões do capital que impulsionavam a expansão da fronteira no Brasil dos anos de 1970.

Para Pratt, “[...] as ideologias dominantes traçavam uma clara distinção entre a (interessada) busca de riqueza e a (desinteressada) procura de conhecimento; por outro lado, a competição entre as nações continuou a ser o motor da expansão europeia no exterior” (PRATT, 1999, p. 46). Portanto, os interesses do capital frente a expansão da fronteira estiveram presentes no contexto trabalhado por Pratt, e no contexto de formação do espaço estudado, quando o capital mercantil começou a ser ressignificado.

O processo vivido no Brasil pós-1970, ocorreu na perspectiva da cultura do capital e motivou a ocupação das áreas tidas como de fronteiras, a região em estudo tem apenas a parte pertencente ao estado de Mato Grosso integrando Amazônia Legal, mas as políticas de incentivo governamental que estimularam a expansão do capital na região pertencente ao Mato Grosso do Sul são similares. Neste sentido, “As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. [...] o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil” (MARTINS, 1999, p. 20).

O diálogo em torno da fronteira econômica leva a pensarmos também a fronteira cultural. Bhabha (1998), no livro “O local da Cultura”, ajuda a pensar as fronteiras da cultura como um problema relativo à expressão da diferença cultural. Para Bhabha, enquanto o conceito de diversidade cultural conduz, essencialmente, a uma discussão filosófica, a ideia de diferença cultural remete à enunciação da cultura, isto é, a um processo através do qual se produzem afirmações a respeito da cultura, que fundam e geram diferenças e discriminações, ao mesmo tempo em que estão na base da trama de relações de poder e de práticas sociais muito concretas, de institucionalização, de dominação e de resistência.

Os meandros da relação de poder no Brasil também são tratados por Martins, quando afirma que “[...] especificamente preocupado com a questão do que leva a definir como corrupção os acontecimentos recentes, penso que é necessário recorrer à *história daquilo que permanece*, isto é, a história da constituição de mecanismos de poder e da constituição de instituição em que o público e o privado se confundem” (1999, p. 24).

A doação de grandes extensões territoriais, que promoveram a concentração de terras e de capital é exemplo de como ocorreu essa confusão entre o público e o privado no Brasil, pois, “[...] o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre poderosos e ricos e não uma relação entre ricos e pobres” (MARTINS, 1999, p. 29).

Dentre as diversas possibilidades teóricas para pensar o conceito de fronteira, podemos fazer referência ao trabalho de Turner. Ávila (2006) apontou para o fato de Turner (1862-1931), ser considerado o grande pai da historiografia moderna nos Estados Unidos. O autor apresentou a trajetória de Turner que lançou ao mundo a *Frontier Thesis*, em 1893, durante uma feira de exposição em Chicago, postulando que o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos havia se dado como resultado da existência das chamadas “terras livres” a Oeste, únicas em quantidade e extensão (ÁVILA, 2006, p. 9).

No Brasil foi institucionalizada uma política de ocupação dessas “terras livres”, ou dos “espaços vazios” alardeados como sendo territórios à espera da ocupação do capital. Essa ideia virou “política de governo” com o programa “Marcha para o Oeste”, criada ainda no Governo Vargas, aplicada após o Golpe de 1964, e fortalecida com as políticas de ocupação pós-1970, as continuadoras desses projetos geopolíticos.

No âmbito dessas políticas de “ocupação dos espaços vazios”, alguns grupos eram “eleitos” para, tornarem-se proprietários de terras, como mostrou Guimarães Neto:

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os eleitos pelo regime militar para

reencarnar o autêntico espírito bandeirante – conhecedor e explorador dos sertões -, a fim de levar adiante um projeto de colonização privada. Um projeto que, a princípio, tinha o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia, com pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 75).

Para Wegner (2000, p. 94), a tese de fronteira de Turner contrastava com a mais importante visão acerca do assunto existente até aquele momento, que era a tese de Herbert Baxter Adams, criador da chamada Escola Teutônica, que interpretava a constituição da fronteira a partir de “explicação genética”, que procurava as origens e causas das instituições norte-americanas no legado europeu transportado para o Novo Mundo. Nos moldes da Escola Teutônica a concepção de ciência estava fundamentada em teorias biológicas da época, segundo as quais a história só viria a adquirir seu *status* científico quando alcançasse um tipo de explicação que remetesse à Europa (WEGNER, 2000, p. 95).

Nesse contexto a tese de Turner apresentava uma ideia revolucionária, uma vez que o núcleo da sua teoria era a de que houve uma adaptação do europeu ao nativo, para sua posterior retomada do legado transatlântico, transformado, pela experiência americana. Esta teoria inaugurou uma nova concepção de fronteira, porém não teve ampla aceitação de imediato e só veio a ganhar simpatizantes anos depois da feira de Chicago.

Segundo Wegner (2000, p. 95), as primeiras avaliações foram frias e formais, e somente uma década depois passou a ganhar simpatizantes, até alcançar, na segunda década do século XX, uma aceitação generalizada entre os historiadores norte-americanos. Até então o conceito de fronteira era o de mapas. Com Turner pôde ser vislumbrada a ideia de diferenças de fronteiras entre a Europa e os Estados Unidos. Na Europa o termo possuía uma forte conotação política, significando o limite que separa dois países, duas populações densas, ou duas civilizações. Nos Estados Unidos passou a

significar uma linha divisória entre a “terra povoada” e a “terra livre”, ou do ponto de vista de encontro entre o “civilizado” e o “primitivo”.

Sendo assim, os valores da nação americana – a democracia e o individualismo- são alimentados pelo ideário de fronteira e não pelo ideário dos imigrantes anglo-saxões. A dinâmica do processo não se explica apenas pelas oportunidades abertas pela terra livre, mas também porque o “pioneiro” entra em contato com a simplicidade da sociedade primitiva, obrigando-se a adequar a padrões nativos em relação à natureza. Para Wegner (2000, p. 101), a tese de Turner pode ser apreendida em três momentos distintos:

1º momento - de quase absoluta adaptação do adventício às condições fornecidas pelo ambiente e aos meios nativos, “pois na fronteira o ambiente é, a princípio, muito mais forte para o homem”;

2º momento - “pouco a pouco”, o europeu pode transformar o ambiente com base, pode-se supor, nos meios fornecidos pelo seu legado transatlântico que passa a ser retomado;

3º momento - o produto americano, fruto do rearranjo da tradição europeia (*sic.*) sobre um fundamento de completa adequação aos padrões indígenas.

Para Turner, a selva e o deserto dominam o colono, na fronteira o ambiente é, a princípio, muito mais forte que o ser. Este deve aceitar as condições que o ambiente fornece, ou perece, então, adapta-se às clareiras indígenas e segue suas trilhas, o que resulta disso é o fato de que os homens modificam a fronteira, na medida em que são modificados pela mesma e por meio dessa dinâmica, a demanda por terra e o amor à liberdade de “wilderness”, empurraram a fronteira cada vez mais para frente.

O debate acerca da questão envolve os estudos de Knauss, que ao se debruçar acerca das contribuições dadas pelas ideias de Turner, considera que nesta concepção de fronteira, a compreensão da história da colonização americana teria sido em grande medida a história da civilização do velho Oeste, as terras livres e o avanço da colonização em direção ao Oeste, sendo

esses os fatores que explicam o desenvolvimento americano. As instituições americanas foram compelidas a se adaptarem às mudanças de um povo em expansão (para a travessia de um continente; o desbravamento de terras selvagens – “wilderness” -; as condições econômicas e políticas da fronteira), desta forma, a fronteira seria “o pico da crista de uma onda”, o ponto de contato entre o mundo “selvagem” e a “civilização” (KNAUSS, 2004, p. 24).

Para Turner, o movimento histórico de deslocamento em direção à fronteira se encerrou em 1890,

O que o mar mediterrâneo foi para os gregos - rompendo com as amarras da tradição, oferecendo novas experiências, fazendo surgir novas instituições e atividades -, a fronteira sempre em movimento tem sido diretamente para os Estados Unidos e mais remotamente para as nações da Europa. E, hoje, quatro séculos depois do descobrimento da América, ao final de cem anos de vida sob a égide da Constituição, a fronteira se foi e com seu desaparecimento se encerrou o primeiro período da história americana (KNAUSS, 2004, p. 54).

A tese de fronteira formulada por Turner influenciou importantes nomes da historiografia brasileira, dentre os quais Sérgio Buarque de Holanda, que ao tratar da mudança de hábitos imposta pela expansão da fronteira, assim se manifesta:

Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou imposições externas, as sociedades, inclusive e sobretudo entre povos naturais, dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa

unidade. Ou modificando as novas aquisições até o ponto em que se integrem na estrutura tradicional (HOLANDA, 1994, p. 55).

Um dos motivos encontrados para migrar para a fronteira entre o Extremo Norte de Mato Grosso do Sul e Extremo Sul de Mato Grosso, parece estar na possibilidade inicialmente, de acessar terras com facilidade, para nela enriquecer. Posteriormente, essa busca começou a ocorrer para suprir uma necessidade de sobrevivência, nos dois casos encontra-se presente a ideia de paraíso que garante ora o enriquecimento, ora a sobrevivência. Holanda estudou a questão e, ao narrar a visão do colonizador frente as novas terras que corresponderiam ao Brasil, assim se expressou:

Não admira se, em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrepitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes como uma cópia do Éden. [...] tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro (2000, p. 10-11).

Relatos obtidos em pesquisa de campo apontam que a visão dos primeiros proprietários de terra sobre si mesmos, era a de desbravadores. Segundo a história oficial do município de Sonora, área de fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, criada no contexto de expansão da fronteira e da formação da grande propriedade na região, resultante dos projetos de financiamentos subsidiados pelo governo federal, (panfletos, jornais, sites produzidos pela prefeitura), a origem da cidade teria se dado com a chegada à região de Maurício Coutinho Dutra, comandante da Panair do Brasil¹, na Era Vargas.

¹ Empresa de aviação civil, falida nos anos de 1960, depois do Golpe de 1964. A Panair do Brasil S.A. foi uma das companhias aéreas pioneiras do país. Nasceu como subsidiária de uma empresa norte-americana, a NYRBA (New York-Rio-Buenos Aires), em 1929. Incorporada pela Pan Am em 1930, teve seu nome modificado de Nyrba do Brasil para

Os Caminhos da Fronteira que Conduziram à Sonora – MS

Com o agravamento político, em 1964, Maurício Coutinho Dutra, teria se refugiado na região central do então estado de Mato Grosso, próximo ao rio Corrente. Os motivos que levaram o então comandante a buscar refúgio nestas terras não foram discutidos nos relatos oficiais. Ele parece ter sido ungido à celebridade, talvez pela necessidade que os governantes locais têm de criar os seus heróis, para subtrair a história de um grupo maior de seres humanos que também configuram o espaço social, isso talvez se explique por uma necessidade de vangloriar a sucessão de governantes.

Um estudo mais profundo da vida do Comandante Maurício Coutinho Dutra talvez lhe tirasse o estatuto de “herói” a quem os governantes municipais, atuais e pregressos, fazem questão de agradecer até hoje pelos feitos corajosos que levaram ao início do que viria a ser o município de Sonora, de forma descontextualizada, e vangloriando, em demasia seus atos.

Segundo relatos, em pouco tempo o personagem histórico teria se tornado proprietário de muitos hectares de terras, de acordo com a narrativa de um dos entrevistados², solitário em suas terras ofereceu, por volta de 1975, ao seu sobrinho Raul Kelvim Thuim, coronel do exército, cerca de 10 mil hectares para que as utilizasse em “algo útil para o país”. Esse ideal de atração do homem pela terra foi narrado no relato de Euclides da Cunha “Os Sertões”, no qual ressalta que “A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-lo, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios” (CUNHA, 2003, p. 59). Essa

Panair do Brasil, em referência à empresa controladora (Pan American Airways). Por décadas dominou o setor de aviação no Brasil. Encerrou suas atividades abruptamente em 1965, por determinação do governo militar. Informações obtidas no site: <<http://www.panairvirtual.com.br/>>. Acessado em: 19/09/2012.

² Suiço Beat Rolf Stucki, senhor de 93 anos de idade com o qual conversei longamente e que em sua fala ressalta a figura de Maurício Coutinho Dutra como de uma pessoa empreendedora e que ostentava armas, segundo o relato amplamente utilizadas no processo de efetivação da posse de sua propriedade e na conquista de novos domínios territoriais.

quantidade de terra disponível e de fácil acesso arrebatava com muito maior intensidade.

A visão dessas personagens como grandes empreendedores permanecem na memória das pessoas e acabam se cristalizando em práticas que instituem o real. Nos relatos dos entrevistados essas pessoas aparecem como figuras responsáveis pela criação do lugar e isso nos remete a figura do “homem ideal” ou “tipo ideal”, conceito sociológico criado por Max Weber (1980). O conceito de tipo ideal corresponde, no pensamento weberiano, a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo assim em um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, num “conceito histórico concreto”. Essa construção do lugar a partir de ações individuais, parece remeter a este conceito.

A valorização de feitos de heroísmo e bravura é um dos objetos das reflexões realizadas por Zorzato, quando afirma que, “no que diz respeito à historiografia de Mato Grosso, salta aos olhos o emprego de adjetivos como “destemido”, “bravo”, “valente”, “patriota”, “desbravador” e tantos outros amplamente utilizados para representar o heroísmo dos personagens de sua história” (ZORZATO, 1998, p. 83).

A figura do empreendedor que visualiza o espaço, como um lugar de ganhos também está presente nas narrativas de moradores de Sonora, relatados a seguir:

Coronel Raul subiu em uma árvore grande de onde diante da enormidade que lhe pertencia, vislumbrou uma cidade com crianças correndo, chaminés fumando e um grande núcleo urbano se desenvolvendo. Inicialmente pensaram em um frigorífico, mas a ideia foi descartada, pois faltaria matéria-prima. Consultaram, também, durante o diagnóstico da área, o médico e então governador de Mato grosso, Fernando Correa da Costa, juntamente com sua filha Telú. Em sua consulta a Lamartino Navarro, que foi o precursor do Proálcool, optou-se pela instalação de

uma usina de álcool, pois a cultura de cana-de-açúcar possui uma grande característica sazonal.³

Não podemos perder de vista o quadro brasileiro que se colocava depois de 1969, com o Estado formulando e executando uma série de políticas de concentração e modernização do subsetor (TARSITANO, 1990). Sendo o período em que ocorreu a redução do número de estabelecimentos rurais, além de um crescimento contínuo da área ocupada entre os anos de 1970 e 1985.

Com a colaboração de uma empresa de consultoria industrial – PLANEC, empresa especializada de Campo Grande, de propriedade de Beat Rolf Stucki, projetou-se, a cidade de Sonora, entretanto, o termo “projetada” não é muito adequado, visto que os primeiros funcionários contratados pela empresa, que passaram a residir em barracos de lona às margens de um córrego próximo à usina, formaram um núcleo urbano de acordo com as condições impostas. Talvez um termo apropriado para caracterizar esse momento de construção da cidade, seja o de “fazejamento”, termo utilizado por Benedito Pedro Dorileo, para referir-se à construção da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme relato a seguir:

A ordem em 1972 era implantar a Universidade. – Planejar? – Quando e como? Fazer foi a decisão. O designo histórico não permitiria o luxo do planejamento empapelado, encadernado, pintado, lubrificado. Rever o ontem com visão aguda seria perigoso, gerações estariam frustradas pelas crateras burocráticas observadas. Para a frente, carregar o ônus, saldar, solidificar, criar. Enfim, anteriormente, muito se fez de boa fé [...]. Aqui situa-se um tempo, o tempo de fazer, sem ter tido oportunidade de planejar. Parece embaraçoso, o planejar pôde ter existido, mas foi tragado pelo fazer. (DORILEO *apud* BORGES, 2005, p. 238)

³ Entrevista cedida por Beat Rolf Stucki em agosto de 2009.

O “fazejamento” em Sonora foi se constituindo espontaneamente, e conforme foi sendo gestado, trouxe como resultado um modelo de modernização unilateral, no qual ao lado do grande investimento em tecnologia de produção agrícola, havia a realidade de pessoas morando à beira de um lago, sem nenhuma infra estrutura e enfrentando muitas dificuldades. Isso teve como consequência a implantação de um lugar repleto de problemas urbanos por serem superados, além da questão da própria cidadania e da educação, esquecida na construção das políticas públicas.

Outro fator que identifica a presença do “fazejamento” em substituição ao planejamento tem a ver com as gestões municipais diferenciadas e sem continuidade. Nesse contexto, um dos mais graves problemas que se coloca ao poder público local, diz respeito a questão da cultura de devastação ambiental que tem como uma das problemáticas a erosão. De acordo com informações fornecidas por fiscais do IBAMA este é um processo decorrente do desmatamento indiscriminado, realizado na ocasião em que se estabeleceu a usina de álcool, a partir da qual o município de Sonora foi iniciado. Alguns problemas ambientais podem ser observados na região de estudo dentre eles a voçoroca⁴, provocada pelo desmatamento indiscriminado. Outra problemática é a queimada da cana por ocasião do corte, além da contaminação do solo, tanto no cultivo de cana-de-açúcar, quanto de soja, devido a ampla utilização de defensivos agrícolas, o debate em torno destas questões não será aprofundado neste artigo, e a referência a elas foram feitas com o intuito de apontar algumas problemáticas resultantes do modelo produtivo que predominou na região.

⁴ Sulcos, ravinas e voçorocas - isto é formação de grandes buracos de erosão causados pela chuva e intempéries, em solos onde a vegetação é escassa e não mais protege o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas - estão presentes em praticamente todo o Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e geralmente estão associados ao uso do solo, ao substrato geológico, ao tipo de solo, às características climáticas, hidrológicas e ao relevo. O desenvolvimento das ravinas e voçorocas descrito na literatura brasileira é geralmente atribuído a mudanças ambientais induzidas pelas atividades humanas. Informações disponíveis em:

<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CO_NTAG01_58_210200792814.html>. Acesso em: 18/09/2012.

A documentação consultada nos arquivos da Companhia Agrícola Sonora Estância, apontam para o fato de a Usina, inicialmente chamada Aquárius, ter sido a primeira usina de produção de álcool projetada no Brasil para a região do cerrado. Em meados de julho de 1978 iniciou-se uma produção experimental, que se efetivou no ano de 1979, e que contava com cerca de 850 funcionários que já formavam à época um pequeno núcleo urbano, residindo em barracos de lona.

De grande relevância para a compreensão da formação social brasileira e conseqüentemente daquela parcela que se constituiu em população migrante e que passou a migrar para a região de divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, diz respeito ao livro de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”, em que o autor apresenta as origens da sociedade brasileira, a partir da cotidianidade das relações entre nativos, europeus e africanos. Para tanto, empreende um trabalho minucioso de representação das práticas de cada um desses grupos, apontando para um processo de miscigenação que criou um novo modelo cultural específico da sociedade brasileira. Segundo Freyre, “uma circunstância significativa restamos destacar na formação brasileira: a de não ter processado no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura europeia (*sic.*) se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana” (FREYRE, 2001, p. 123-124).

O retrato de brasileiro produzido por Freyre, fruto do processo de miscigenação, étnica e cultural, parece conduzir a um modelo de interpretação muito parecido com aquele idealizado por Turner ao estudar a fronteira nos Estados Unidos, em que aponta para o fato de que na fronteira não predomina os hábitos do colonizador, mas forja-se um novo modelo cultural de homem com traços daquele que colonizou, mecanismo utilizado inclusive para driblar as situações de adversidade que são típicas em regiões de fronteira.

Freyre aponta para esse novo homem que foi forjado no território brasileiro, buscando inicialmente o nativo para garantir seus interesses e extraindo desse, hábitos que garantiriam sua permanência em terras tão

adversas, mais tarde, com a vinda do africano, a quem é atribuída parcela importante da modificação dos hábitos do europeu.

Para pensar a obra de Freyre salientamos a relevância do conceito de transculturação sistematizado por Marshall Sahlins (2003). Ao fazer referência às três matrizes culturais que constituíram a sociedade brasileira, Freyre, mesmo com posicionamento intelectual de período bastante diverso de Sahlins, aponta para a existência de “culturas diferentes com historicidades diferentes”. No tocante a relação entre antropologia e história, Sahlins afirma que “a antropologia tem algo a contribuir para a disciplina histórica”. E o inverso é igualmente válido. “Mesmo assim, não estou apenas formulando um pedido por maior colaboração entre as disciplinas. Mas como já disse em certo momento, ‘o problema agora é de fazer explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura.’”

As consequências mais uma vez, não são unilaterais; certamente uma experiência histórica que fará explodir o “conceito antropológico de cultura”, nos parece, “Casa Grande & Senzala” retrato de uma experiência histórica. As críticas à obra (inúmeras e as mais variadas), não parece suprimir a importância de uma interpretação *sui generis* acerca da constituição da sociedade brasileira. A nosso ver essa interpretação se apresenta como válida, mas ressaltamos que seu livro contribui para criar a ideia de um país perfeito e “naturalmente” justo, a partir de experiências sexuais com as negras do engenho, ressaltamos ainda que as fantasias de sexo etnoracial em sua maioria eram forçadas.

Pensando a questão cultural da fronteira, Sahlins destaca,

Se a cultura for, como querem os antropólogos, uma ordem de significação, mesmo assim os significados são colocados em risco na ação. [...] as coisas são relacionadas a seus signos enquanto emblemas empíricos para os tipos culturais. [...] A cultura é uma aposta feita com a natureza durante a qual voluntária ou involuntariamente [...] os nomes antigos, que estão na boca de todos, adquirem novas conotações, muito distantes de seus sentidos

originais. Esse processo histórico que chamarei de ‘a reavaliação funcional de categorias’ (2003, p. 11).

O diálogo em torno da teorização do conceito de fronteira aponta para a diversidade de sua interpretação em territorialidades e espacialidades distintas, enquanto para os componentes da frente de expansão, que chegam em território inóspito, as reflexões de Turner e de todo o pensamento proveniente de sua teoria são válidos, para pensar a fronteira no pós 1970 na região central do Brasil, o pensamento advindo dos precursores de Turner, destaco aqui as ideias de Baxter, refletidas muito apropriadamente nas formulações de Sahlins, talvez traduzam-se em interpretação mais apropriada, considerando que em áreas brasileiras de expansão recente, o apelo ao “novo”, ao “desenvolvido” traz em seu bojo a negação do passado e de tudo que o representa.

Considerando a referência feita as frentes de expansão, considera-se válido um diálogo com autores que trataram do assunto, reflexões sobre o tema foram feitas por Waibel, para quem, a questão, é se ainda “[...] temos tais zonas pioneiras no Brasil e, em caso afirmativo, onde estão localizadas [...] o que exige uma melhor definição dos conceitos de frontier e pionner.” (1979, p. 281).

Segundo Waibel, (1979, p. 281-282), o conceito de pioneiro:

[...] significa mais do que o conceito de frontiersman, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. Nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena”. Emprega o conceito de pioneiro também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e da vida espiritual. Para este autor “só falamos de uma ‘zona pioneira’ [...] quando subitamente por uma causa qualquer a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos

próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana.

No que diz respeito à localização das zonas pioneiras Waibel distingue cinco que se constituem enquanto tais:

1. A região de Xapecó-Pato Branco no noroeste do Estado de Santa Catarina e no sudoeste do Estado do Paraná.
2. O norte do Paraná.
3. O oeste de São Paulo.
4. O “Mato Grosso” de Goiás.
5. A região ao norte do rio Doce, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais (WAIBEL, 1979, p. 295).

Trilhando os caminhos teóricos da fronteira no Brasil, nosso diálogo perpassa ainda pelas contribuições de Martins (2009), sobretudo quanto este considera que, o termo fronteira, no Brasil, foi tratado de forma particular por geógrafos e antropólogos. Para os primeiros, como um termo que designa uma zona pioneira ou uma frente pioneira. Os segundos, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como “frentes de expansão”.

Para explicitar melhor essa diferença Martins (2009) apresenta a posição assumida por diferentes autores, tais como Darcy Ribeiro, Pierre Monbeig, Roberto Cardoso de Oliveira, Arthur Nehl Neiva. De acordo com Martins (2009) a designação de frentes de expansão formulada por Darcy Ribeiro, como “fronteiras de civilização”, tornou-se uso corrente até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o

comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS, 2009, p. 152).

Tais definições nos levam a concluir que a concepção dos antropólogos sobre a expansão é mais ampla, pois incorpora os índios, desconsiderados por um grupo de estudiosos. Refletindo acerca do conceito, Martins entende que o mesmo “[...] compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. [...] A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social (MARTINS, 2009, p. 153).

Essa interpretação possibilita ver a fronteira como sendo essencialmente o lugar da alteridade, do conflito de terras ou conflito social:

Na minha interpretação, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, do outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro [...] a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonica do Nós... (MARTINS, 2009, p. 150-151).

Pierre Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo como precursores dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção de ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão.

A partir da reflexão dos conceitos de fronteira, zonas pioneiras e zonas de expansão dos autores supramencionados, Martins a seguinte datação histórica:

[...] adiante da fronteira demográfica ou da “civilização”, estão as populações indígenas que sofrem as consequências (sic.) dos processos de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, também, pelos agentes da modernização que se constituem em agentes da economia capitalista que vai além da economia de mercado. São agentes de mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 2009, p. 158).

A historicidade do movimento da fronteira permitiu que houvesse movimentos migratórios diversos em direção a estas regiões, sendo que de acordo com o que foi brevemente apontado no período do governo civil militar brasileiro, mais especificamente no período posterior a 1970, adotou-se por parte do Governo Federal iniciativas que definiram os rumos da agricultura no Brasil,

[...] a apropriação da terra e a dominação da força de trabalho foram os pilares da concentração de riqueza no Brasil, a base do poder regional e o amparo ao Estado oligárquico. Dentro deste contexto, a pequena propriedade representa uma ameaça para o sistema estabelecido, tendo em vista o caráter monoexportador do setor dinâmico da economia que exige mão-de-obra abundante a custo pouco elevado, e novas terras férteis (SWAIN 1988, p. 21).

Essa mentalidade empreendedora apontada por Martins esteve presente entre os agentes de colonização da região de limite geográfico entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, os caminhos da pesquisa

que culminou na produção deste artigo, ao pensar o mundo rural brasileiro com ênfase na sua porção Oeste, permitem-nos entender que o modelo de expansão da fronteira, organizado e gerido pelo Estado brasileiro levou a uma dicotomia entre o ideal do trabalhador e a realidade excludente de acesso à terra e permanência nela que formataram um modelo de propriedade e de renda díspares neste país.

Considerações finais

Tratar do tema da fronteira requer por parte de quem o faz a consciência acerca da complexidade de sua interpretação e da vasta produção muitas vezes divergentes que tratam de compreendê-la. Se é o lugar de realização dos sonhos, da busca por um mundo sempre inalcançável que obriga o migrante a mover-se sempre em busca de novos lugares em que os sonhos quase nunca são realizados. É inegável que a bibliografia que a entende como o lugar de “degradação do outro nos confins do humano” também apresenta posicionamentos inegáveis.

Concluir que as interpretações são inúmeras, não se traduz em eleger nenhuma como a única possível, esta foi a proposta deste artigo. Procurou-se trazer para o diálogo uma diversidade possível de autores que tratam do tema, buscando inclusive apontar que em alguns momentos interpretações distintas ajudam a compreender historicidades distintas nas mesmas espacialidades.

Ao propor novas interpretações acerca da temática Turner formulou uma teoria que foi assimilada por parte bastante significativa dos estudiosos da questão, se durante os primeiros contatos dos colonizadores com os nativos, a assimilação de elementos da cultura foi fundamental para a sobrevivência nos parece que na ocupação mais recente o descarte das práticas culturais foi total, impondo-se aí o ideal de que na fronteira se “cria o novo”.

As cidades que surgiram como resultado de um novo movimento de expansão da fronteira no pós 1970, apontam para um ideal de substituição

total do antigo pelo novo, no qual a assimilação dos elementos culturais do “outro” não é considerada necessária, o outro é esquecido após ser submetido. O discurso do desenvolvimento e do progresso levou a constituição de um modelo de ocupação que tem a marca da novidade, tributária do ideal de modernidade, mas este é um tema para outras reflexões.

Referências

- ÁVILA, Arthur Lima de. *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier theseis de Frederick Jackson Turner. (1861-1932)*. Dissertação de Mestrado, UFRS, Porto Alegre, 2006.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1986 (mimeo).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- JOANONI NETO, Vitale. Do sonho da terra à terra do sonho, memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970. *Territórios e Fronteiras*, v. 7, p. 193-208, 2006.
- KNAUSS, Paulo. *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

- MONBEIG, Pierre. Os pioneiros. In: *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.
- STEINBECK, Jonh. *As Vinhas da Ira*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. *Análise da agricultura mato-grossense 1970-1985: modernização, desconcentração da terra e mão-de-obra*. São Paulo: EAESP/FGV, 1990. (Tese de Doutorado).
- WAIBEL, Léo. *As zonas pioneiras do Brasil*. In: Capítulos de geografia tropical e do Brasil. 2ª Ed., Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.
- WEBER, Max. *Textos Selecionados*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- WEGNER, Robert. *Frederick Jackson Turner e o Oeste*. In: A Conquista do Oeste. A Fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: editora ufma, 2000.
- ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 p. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/Universidade de São Paulo, São Paulo.